

**RELATÓRIO DO  
CONTROLE INTERNO  
3º QUADRIMESTRE/2021**

**Pyterson Mathias Martins**  
Controle Interno

## INTRODUÇÃO

Nos termos do artigo 74 da Constituição Federal, do artigo 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, dos artigos 76 a 80 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, combinado com a Lei Complementar nº 202, de 25 de junho de 2018 e com a Resolução FJPO nº 01, de 10 de janeiro de 2020, encaminho o Relatório de Controle Interno relativo ao terceiro quadrimestre de 2021.

Em linhas gerais, a responsabilidade do Controle Interno é verificar a legalidade dos atos de arrecadação da receita e realização da despesa, a fidelidade dos agentes da administração responsáveis pelos bens e valores públicos e o cumprimento do programa de trabalho do orçamento.

---

### **1 - ATOS NORMATIVOS FUNDAÇÃO JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA**

---

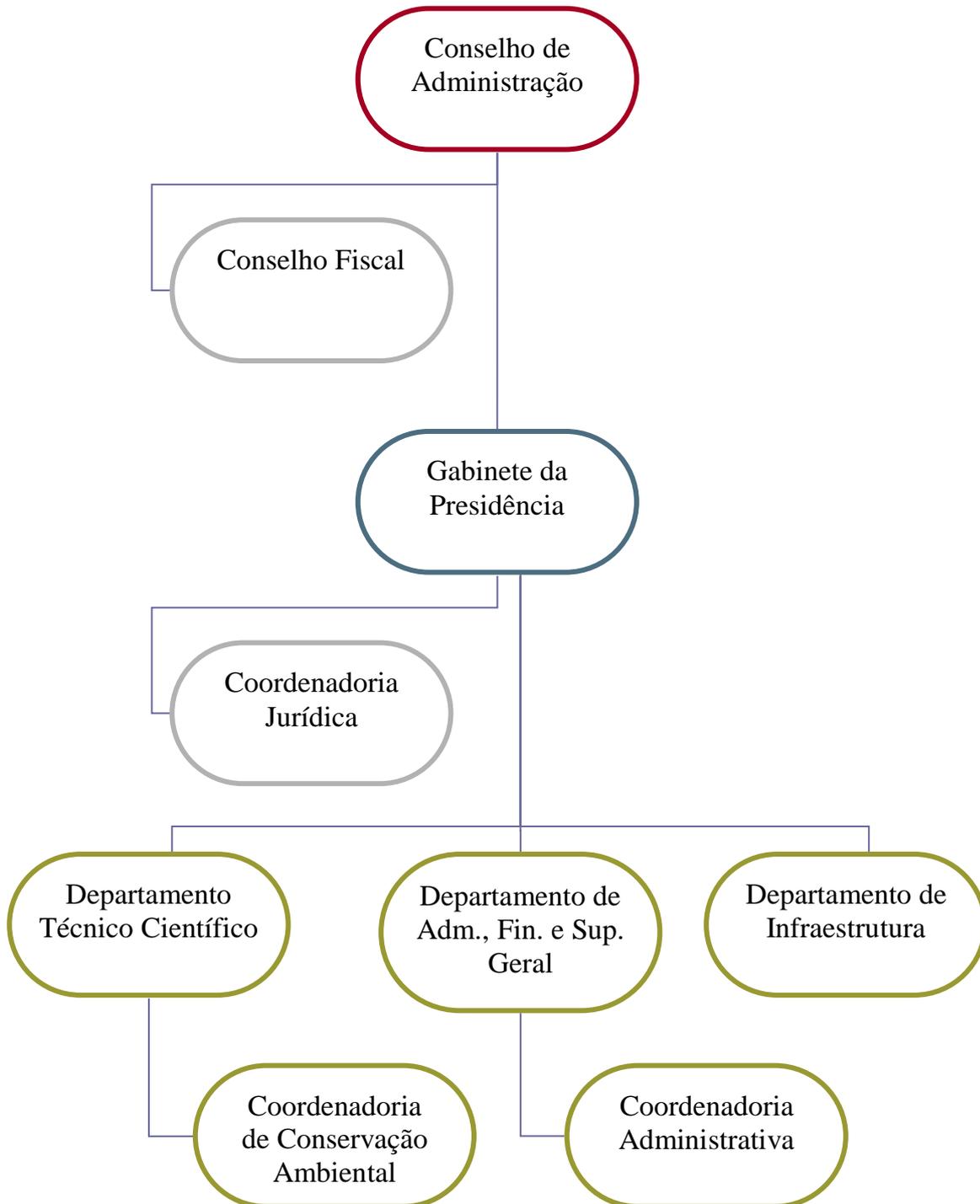
No terceiro quadrimestre de 2021 não ocorreram mudanças na legislação que deu origem à Fundação.

---

### **2 - ORGANOGRAMA - FUNDAÇÃO JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA**

---

No terceiro quadrimestre de 2021, mantiveram-se as disposições do artigo 9º, da Lei Complementar nº 118, de 05 de outubro de 2015, acrescido à Lei nº 13.929, de 27 de outubro de 2010, ANEXO XI - FJPO, que fixou o organograma da Fundação José Pedro de Oliveira, conforme a seguir discriminado:



No terceiro quadrimestre de 2021, o Conselho de Administração, composto por 11 (onze) membros titulares, teve sua nomeação estabelecida por meio da Portaria nº 93.033, publicada no Diário Oficial de Campinas, em 18 de dezembro de 2019.

No terceiro quadrimestre de 2021, o Conselho Fiscal, por sua vez, composto por 3 (três) membros titulares, teve sua formação aprovada pela Ata da 112ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Fundação José Pedro de Oliveira, publicada no Diário Oficial de Campinas, em 24 de março de 2021.

### 3 – GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

A FJPO recebeu, no terceiro quadrimestre de 2021, o valor de R\$ 1.391.370,00 (um milhão, trezentos e noventa e um mil, trezentos e setenta reais) referente aos repasses financeiros do Município, representando cerca de 30% (trinta por cento) do orçamento total estimado para o ano.

DATA DA SOLICITAÇÃO	Nº OFÍCIO	Nº SEI	VALOR	DATA DO REPASSE
08/09/2021	4346096	FJPO.2021.00000203-57	R\$ 400.000,00	14/09/2021
05/10/2021	4495633	FJPO.2021.00000276-11	R\$ 400.000,00	14/10/2021
08/11/2021	4652787	FJPO.2021.00000326-14	R\$ 400.000,00	16/11/2021
02/12/2021	4770093	FJPO.2021.00000344-98	R\$ 191.370,00	15/12/2021
<b>TOTAL</b>			R\$ 1.391.370,00	

Não foram localizados, no período, pagamentos a fornecedores em atraso.

Constata-se, por fim, que as conciliações bancárias têm sido feitas em períodos mensais e as disponibilidades financeiras têm sido depositadas no Banco do Brasil, o que atende ao artigo 164, § 3º da Constituição Federal.

## 3.1 - PLANO PLURIANUAL (PPA)

Durante o terceiro quadrimestre de 2021, o PPA vigente da Fundação José Pedro de Oliveira foi aquele publicado no Diário Oficial de Campinas, seção de Suplementos, no dia 26 de dezembro de 2017. Ele consta com programa de governo e apresenta despesas de capital e programas de duração continuada para quatro anos. Além disso, seus conteúdos estão orientados por metas físicas e custos estimados.

O PPA encontra-se disponível na página eletrônica do Município, tal como requer o artigo 48, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000:

[http://www.campinas.sp.gov.br/servico-ao-cidadao/portal-da-transparencia/orcamento\\_municipal.php](http://www.campinas.sp.gov.br/servico-ao-cidadao/portal-da-transparencia/orcamento_municipal.php)

PPA FJPO - 2018-2021			
INDICADOR	UNIDADE	ATUAL	AO FINAL
01021 - Novos Programas de Educação Ambiental Implantados	UNIDADE	8	12
02021 - Manutenção de Áreas de Trilhas e Bordas	UNIDADE	24	136
03021 - Trabalhos Publicados pela FJPO	UNIDADE	2	10
04021 - Veículos e Implementos	UNIDADE	18	24

C. Ação/Tp	Nome Ação	C. Fun	N C. S-Fun	Total PPA	Produto	Unidade	Meta
137 / P	Manejo e Proteção	18	541	1.462.050	Áreas Manejadas (Hectare)	Unidade	112
138 / P	Área Reformada E/Ou Construída	18	451	1.500.000	Reforma E/Ou Construção Realizada	Unidade	1
139 / P	Educação Ambiental e Comunicação	18	541	232.050	Programas de Educação Ambiental e Comunicação Implantados	Unidade	4
140 / P	Modernização e Adequação de Equipamentos	18	541	1.250.000	Aquisição de Veículos, Implementos e Equipamentos	Unidade	25
141 / A	Manutenção Dos Serviços	4	122	22.869.606	Unidade Administrada	Unidade	4
142 / A	Concurso Público	4	122	4.000	Servidores Contratados	Unidade	4
143 / A	Evolução Funcional	4	122	286.386	Servidores Contemplados na Progressão	Unidade	26

## 3.2 - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO

A LDO, exercício de 2021, da Fundação José Pedro de Oliveira, incluída na lei referente ao Município de Campinas, publicada no Diário Oficial de Campinas, seção de Suplementos, no dia 29 de junho de 2020, apresenta anexo estabelecendo, por programa de governo, as metas e prioridades para o ano em exercício. Tais itens acham-se municiados por metas físicas e custos estimados.

LDO - 2021 – FJPO							
C. Ação	Nome Ação	C. Fun	N C. S-Fun	Produto	Unidade	Valor Ano	Meta Ano
137	Manejo e Proteção	18	541	Áreas Manejadas (Hectare)	Unidade	285.000	28
138	Área Reformada E/Ou Construída	18	451	Reforma E/Ou Construção Realizada	Unidade	2.000	1
139	Educação Ambiental e Comunicação	18	541	Programas de Educação Ambiental e Comunicação Implantados	Unidade	21.000	1
140	Modernização e Adequação de Equipamentos	18	541	Aquisição de Veículos, Implementos e Equipamentos	Unidade	16.000	7
141	Manutenção Dos Serviços	4	122	Unidade Administrada	Unidade	4.389.865	1
142	Concurso Público	4	122	Servidores Contratados	Unidade	1.000	1
143	Evolução Funcional	4	122	Servidores Contemplados na Progressão	Unidade	11.000	1

A LDO em questão apresenta orientações gerais para elaborar o orçamento-programa, além de conter o anexo de metas fiscais.

A LDO encontra-se disponível na página eletrônica do Município, tal como requer o artigo 48, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000:

[http://www.campinas.sp.gov.br/servico-ao-cidadao/portal-da-transparencia/orcamento\\_municipal.php](http://www.campinas.sp.gov.br/servico-ao-cidadao/portal-da-transparencia/orcamento_municipal.php)

## 3.3 - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA

A LOA, exercício de 2021, da Fundação José Pedro de Oliveira, incluída na lei referente ao orçamento do Município de Campinas, publicada no Diário Oficial de Campinas, seção de Suplementos, no dia 18 de dezembro de 2020, contém detalhamento até o elemento de despesa, conforme artigo 15, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Há anexo mostrando compatibilidade com as metas fiscais da LDO.

A LOA encontra-se disponível na página eletrônica do Município, tal como requer o artigo 48, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000:

[http://www.campinas.sp.gov.br/servico-ao-cidadao/portal-da-transparencia/orcamento\\_municipal.php](http://www.campinas.sp.gov.br/servico-ao-cidadao/portal-da-transparencia/orcamento_municipal.php)

Abaixo estão relacionadas as metas que foram estabelecidas na LOA 2021 e que serve de parâmetro para os esforços empreendidos pela FJPO, visando seu efetivo cumprimento:

LOA - 2021 – FJPO							
Cod. Ação	Ação	Função	Subfunção	Produto	Unidade	Valor Ano	Meta Ano
137	Manejo e Proteção	18	541	Áreas Manejadas (hectare)	Unidade	270.000	28
138	Área Reformada E/Ou Construída	18	451	Reforma E/Ou Construção Realizada	Unidade	2.000	1
139	Educação Ambiental e Comunicação	18	541	Programas de Educação Ambiental e Comunicação Implantados	Unidade	16.000	1
140	Modernização e Adequação de Equipamentos	18	541	Aquisição de Veículos, Implementos e Equipamentos	Unidade	10.000	4
141	Manutenção Dos Serviços	4	122	Unidade Administrada	Unidade	4.415.865	1
142	Concurso Público	4	122	Servidores Contratados	Unidade	1.000	1
143	Evolução Funcional	4	122	Servidores Contemplados na Progressão	Unidade	1.000	1

CUMPRIMENTO DAS METAS LOA - 2021 – FJPO								
Cod. Ação	Ação	Produto	Valor Ano	1º Quadr.	2º Quadr.	3º Quadr.	Meta Ano	Saldo Ano
137	Manejo e Proteção	Áreas Manejadas (hectare)	270.000	11	3	10,3	28	3,7
138	Área Reformada E/Ou Construída	Reforma E/Ou Construção Realizada	2.000	0	0	0	1	1
139	Educação Ambiental e Comunicação	Programas de Educação Ambiental e Comunicação Implantados	16.000	1	0	0	1	0
140	Modernização e Adequação de Equipamentos	Aquisição de Veículos, Implementos e Equipamentos	10.000	1	0	0	4	0
141	Manutenção Dos Serviços	Unidade Administrada	4.415.865	0	0	1	1	0
142	Concurso Público	Servidores Contratados	1.000	0	0	0	1	1
143	Evolução Funcional	Servidores Contemplados na Progressão	1.000	0	0	0	1	1

O Departamento Técnico Científico informa, por meio do processo SEI FJPO.2022.00000003-30, que:

*O PPA programado para o exercício de 2021 teve que ser readequado quando da elaboração da LOA 2021, conforme solicitação da PMC.*

*Com relação à meta “Manutenção de áreas de trilhas e bordas”, sendo 28 ha em 2021, o DTC, realizou a manutenção de 24,3 hectares. A ação foi prejudicada devido ao processo de licitação para contratação de mão-de-obra.*

*Com relação à meta “Novos Programas de Educação Ambiental Implantados”, sendo 1 para 2021, a Meta foi cumprida, com a criação do Programa Condutores de Visitantes, que visa a formação e o credenciamento de condutores para a realização de visitas monitoradas.*

*Com relação à meta “Trabalhos publicados pela FJPO”, sendo 2 trabalhos em 2021, apenas 1 foi publicado, sendo ele: “Perfil das escolas que visitaram a Área de Relevante Interesse Ecológico Mata de Santa Genebra no ano de 2019”. O artigo foi publicado na Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.14, n.5, dez2021, pp. 662-674. A meta foi prejudicada devido a suspensão de eventos visando o combate ao Novo Corona Vírus.*

O Departamento de Infraestrutura, por sua vez, informou no referido processo que:

*Aquisição de veículos e ou Equipamentos – Adquiridos calibrador Eletrônico de Pneus e Macaco Jacaré de 5 Ton. Em razão de contingenciamento não foi executado Reforma e ou Construção.*

Em relação à Ação de Modernização e Adequação de Equipamentos, com base nos documentos analisados, constata-se que foram adquiridos ao longo do exercício de 2021: 1 (uma) bomba submersa para lago; 1 (uma) broca de ferro para perfuração de solo; 1 (um) soprador costal para combate a incêndio e 2 (dois) aparelhos de ar condicionado para as salas da sede.

Por sua vez, em relação à Ação Manutenção dos Serviços, com base nos documentos analisados, constata-se que a unidade foi atendida com a execução dos contratos firmados.

Em relação à ação Concurso Público, que tinha como meta a contratação de 1 (um) servidor, informo que no exercício de 2021 foi autorizado pelo Sr. presidente os trâmites para a contratação por meio do processo SEI FJPO.2021.00000194-21. Mediante o processo SEI FJPO.2021.00000368-65, foi dado o encaminhamento para os trâmites legais para a contratação de empresa realizadora de Concurso Público. No entanto, após a autorização não houve tempo hábil, agravado pelas circunstâncias da pandemia, para contratação de servidor(a), por concurso público, nesta Fundação, durante o exercício de 2021.

Por sua vez, em relação à ação Evolução Funcional, que tinha como meta a progressão funcional de 1 (um) servidor, informo que mediante o processo SEI FJPO.2021.00000027-07 foram realizados todos os procedimentos inerentes à Avaliação Periódica de Desempenho e a classificação dos servidores aptos para as devidas progressões. No entanto, com base em parecer jurídico que ressaltou a vigência do Decreto nº 21.243/21 que estabelece medidas para a gestão das despesas e controle dos gastos de custeio e de pessoal, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19, no âmbito do Poder Executivo Municipal, acolheu-se o entendimento da impossibilidade da contemplação das progressões durante o exercício de 2021.

### 3.4 – TESOURARIA

---

No terceiro quadrimestre de 2021, dentro da amostra analisada, verifica-se que:

- As conciliações bancárias foram realizadas em períodos mensais;
- As disponibilidades foram depositadas em banco estatal, o que atende ao art. 164, § 3º da Constituição;
- Os pagamentos foram realizados após o prévio empenho e com assinatura do ordenador da despesa;
- As ordens de pagamento foram assinadas pelos ordenadores da despesa (art. 64 da Lei nº. 4.320, de 1964), mediante assinatura eletrônica no site da instituição bancária;
- A ordem cronológica de pagamentos tem sido obedecida; e
- Os dispêndios, sob regime de adiantamento, atenderam à Resolução nº 04/2020, publicada no Diário Oficial de Campinas, em 19 de março 2020.

O tesoureiro foi nomeado, mediante Portaria nº 26/2021 – FJPO, publicada no Diário Oficial de Campinas em 20 de dezembro de 2021. Sendo a contabilidade exercida por servidora do quadro efetivo da FJPO, nomeada por meio da Portaria nº 03/2012, publicada no Diário Oficial, de 06 de julho de 2012, obedecendo desta forma o princípio da segregação de funções.

Com base na amostra de documentos verificada, observa-se que, no período em pauta, as notas de empenho estão detalhadas até o nível do sub-elemento de despesa, assim como a liquidação do gasto obedeceu ao que se segue:

- a) O responsável pela liquidação está claramente identificado; e
- b) Os recibos de serviços identificam o prestador.

---

## 3.5 - PRECATÓRIOS E REQUISITÓRIOS DE BAIXA MONTA

---

No terceiro quadrimestre de 2021, a Fundação José Pedro de Oliveira não registrou nenhum valor a pagar de precatório, tampouco requisitórios de baixa monta incidentes.

---

## 3.6 - DAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS A ENTIDADES NÃO- GOVERNAMENTAIS SEM FINS LUCRATIVOS POR MEIO DE AUXÍLIOS, SUBVENÇÕES E CONTRIBUIÇÕES

---

No terceiro quadrimestre de 2021, não foram identificados na Fundação José Pedro de Oliveira nenhuma transferência de recursos a entidades não governamentais sem fins lucrativos por meio de auxílios, subvenções e contribuições.

---

## 4 – GESTÃO CONTÁBIL

---

Os registros contábeis estão sendo efetuados tempestivamente.

As 3 (três) fases da despesa, empenho, liquidação e pagamento, estão sendo cumpridas, no que se referem a amostra coletada.

As informações contábeis foram devidamente encaminhadas ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo por meio do sistema AUDESP, não se emitindo alerta de entrega extemporânea.

A documentação analisada encontra-se devidamente em ordem conforme estabelece a legislação vigente.

---

### 4.1 - ENCARGOS SOCIAIS

---

Com base na amostra coletada, no terceiro quadrimestre de 2021, os valores aplicados para o Regime Próprio de Previdência (CAMPREV), ao Regime Geral de

Previdência (INSS) e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) se demonstraram compatíveis com o tamanho da folha de pagamento.

---

## **5 – GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**

---

Na amostra coletada, dentro do período proposto, as compras foram planejadas com antecedência e precedidas de três ou mais orçamentos.

A amostra verificada demonstra a correção dos procedimentos licitatórios, em conformidade com a legislação pertinente, bem como os princípios gerais da administração.

---

### **5.1 – DOS CONTRATOS E ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS**

---

No terceiro quadrimestre de 2021, firmaram-se contratos, proveniente de processos licitatórios regulares de compra direta e/ou pregão presencial e eletrônico.

---

### **5.2 – DOS CONTRATOS DE PARCERIA PÚBLICO PRIVADA - PPP**

---

Verificou-se que no terceiro quadrimestre de 2021, a Fundação não firmou Contrato de Parceria Público Privada – PPP.

---

### **5.3 - DOS CONTRATOS DE GESTÃO CELEBRADOS COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS**

---

Verificou-se que no terceiro quadrimestre de 2021, a Fundação não firmou Contrato de Gestão com Organizações Sociais.

---

### 5.4 - DOS TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO

---

Verificou-se que no terceiro quadrimestre de 2021, a Fundação não firmou Termos de Parceria com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

---

### 5.5 - DOS CONVÊNIOS FIRMADOS COM ENTIDADES NÃO-GOVERNAMENTAIS SEM FINS LUCRATIVOS

---

Verificou-se que no terceiro quadrimestre de 2021, a Fundação não firmou convênio com entidades não governamentais sem fins lucrativos.

---

## 6 – GESTÃO DE PESSOAL

---

No terceiro quadrimestre de 2021:

- Não foram realizadas novas nomeações, tampouco exonerações; e
- Não foram realizadas contratações por prazo determinado; e

Os documentos pertinentes a fase III, Atos de Pessoal, do sistema AUDESP, no terceiro quadrimestre de 2021, foram devidamente entregues, não emitindo o Tribunal de Contas nenhum alerta no período.

Não houve registro, declaração, tampouco notificação, de que dirigentes teriam acumulado outros cargos na administração pública, durante o terceiro quadrimestre de 2021.

---

### 6.1 - DOS ATOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO

---

No terceiro quadrimestre de 2021 não ocorreram aposentadorias ou pensões, relativas ao quadro de pessoal da FJPO.

---

### 7 – GESTÃO DE ALMOXARIFADO

---

Verificou-se, dentro da amostra analisada e dentro do período proposto, que a movimentação de material (entradas e saídas) está sendo devidamente registrada, bem como as entradas ocorrendo de acordo com as notas fiscais de compras e as saídas, com as requisições.

Na planilha de controle de estoque, fornecida pelo Departamento de Infraestrutura, observa-se a definição de estoques mínimos para programação de compras.

O acesso ao almoxarifado é restrito ao Diretor de Infraestrutura, Sr. João Batista Meira, responsável pelo setor e pelo agente administrativo Sr. Miguel Alves Junior que apoia e dá suporte às atividades de almoxarifado e patrimônio.

No terceiro quadrimestre de 2021, dentro das amostras coletadas, não se verificou produtos com data de validade vencida.

---

### 8 – GESTÃO DO PATRIMÔNIO

---

Os bens do ativo imobilizado da amostra analisada estão devidamente identificados, com placas ou etiquetas, permitindo a sua efetiva localização.

Para cada bem de caráter permanente, há servidor designado para guarda e administração, em conformidade com a Resolução Interna FJPO n° 002, de 27 de março de 2014, segundo se aferiu nos relatórios apresentados na auditoria *in loco*.

Os responsáveis pelos bens assinam Termo de Responsabilidade que fica arquivado em pasta específica, localizada no Departamento de Infraestrutura da Fundação José Pedro de Oliveira.

---

## 9 - TRANSPARÊNCIA

---

Atualmente o Portal da Transparência da FJPO é acessado no seguinte endereço eletrônico: <http://www.fjposantagenebra.sp.gov.br/transparencia>.

Observa-se que a FJPO atende as determinações constantes do Decreto nº 16.720 de 03 de agosto de 2009, que dispõe sobre a publicação, no endereço eletrônico do município, da relação de servidores ativos e empregados públicos, vinculados ao poder Executivo Municipal, estendendo essa obrigação para as Autarquias e Fundações Municipais.

A FJPO divulga no Portal da Transparência, entre outros:

- os editais de licitações e contratos na íntegra;
- remuneração mensal, correspondentes às folhas de pagamentos, em lista totalizada e individualizada por nome do agente público.

O site da FJPO ainda possibilita a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos.

---

## 10 – DIVERSOS

---

Verificou-se no terceiro quadrimestre de 2021, por meio do Sistema AUDESP, que os documentos relativos ao Cadastro Geral de Entidades – Mensal, foram entregues devidamente por meio do sistema AUDESP.

---

## 11 - PARECER GERAL

---

No terceiro quadrimestre de 2021, baseado nas considerações acima, nas amostras e verificações coletadas, o Controle Interno conclui que as atividades da Fundação José Pedro de Oliveira estão em conformidade com as exigências legais. Cabe ressaltar que a Pandemia do COVID 19, de notório conhecimento público, refletiu no cumprimento de

algumas metas previamente estipuladas pela entidade, tendo em vista a inevitável e recomendável suspensão das atividades não essenciais.

Campinas, 31 de janeiro de 2022.

**Pyterson Mathias Martins**  
**Controlador Interno**  
**Fundação José Pedro de Oliveira**

**ANEXO I – PREENCHIMENTO PELOS DEPARTAMENTOS**

**QUADRO-SÍNTESE DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO – FJPO**

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E SUPERVISÃO GERAL**

<i>LICITAÇÕES E CONTRATOS</i>		
<b>PONTO DE ANÁLISE</b>	<b>SIM/NÃO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
1. Os Editais estão conforme as Súmulas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo?	SIM	
2. O objeto da licitação foi bem definido?	SIM	
3. Os Convites têm sido expedidos sempre para os mesmos fornecedores?	NÃO	
4. Tem-se recorrido muito mais aos Convites do que aos Pregões?	NÃO	
5. Relativamente à despesa total, tem sido elevado, em proporção preocupante, o quantitativo de contratações diretas (dispensas ou inexigibilidades)?	NÃO	
6. A FJPO vem realizando muitos aditamentos contratuais?	NÃO	
7. Nas dispensas licitatórias por valor, faz a entidade pesquisa junto a pelo menos três fornecedores?	SIM	
8. Relativamente à criação, expansão e aprimoramento da ação governamental, as licitações estão instruídas com estimativa trienal de impacto orçamentário--financeiro e por declaração de compatibilidade com o PPA e a LDO?	SIM	
9. Os contratos ou ajustes têm sido enviados ao Tribunal de Contas quando selecionados e requisitados?	SIM	

10. A entidade vem informando, ao Tribunal de Contas, as sanções aplicadas a contratados, nos moldes do art. 87, III e IV, da Lei nº 8.666, de 1993?	SIM	
11. Os editais de licitação e contratos estão disponibilizados na íntegra no Portal de Transparência?	SIM	
12. A entidade vem informando, ao Tribunal de Contas, o envio de Contratos e Termos Aditivos conforme Fase IV do Sistema AUDESP?	SIM	
13. Quando solicitado pelo Tribunal de Contas a entidade tem enviado as documentações pertinentes via Sistema e-tcesp?	SIM	
14. Em prestações de contas anteriores, fez o Tribunal de Contas específicas recomendações para LICITAÇÕES E CONTRATOS?	NÃO	

### **EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

<b>PONTO DE ANÁLISE</b>	<b>SIM/NÃO</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
1. Emitiu o Tribunal de Contas alertas quanto a possível tendência de déficit e insuficiente pagamentos de restos a pagar nos autos de processo de acompanhamento da gestão fiscal?	NÃO	
2. Tem se recorrido a elevado nível de alterações orçamentárias por meio de créditos adicionais ou mediante transposições, remanejamentos e transferências?	NÃO	No terceiro quadrimestre de 2021 a FJPO não solicitou suplementação orçamentária.

**ANEXO III**

**QUADRO-SÍNTESE DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO - FJPO**

<b>FINANCEIRO</b>		
<b>PONTO DE ANÁLISE</b>	<b>SIM/NÃO</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
1. As conciliações bancárias têm sido feitas em períodos mensais?	SIM	
2. As disponibilidades têm sido depositadas em bancos estatais, o que atende ao art. 164, § 3º da Constituição?	SIM	No Banco do Brasil.
3. As contratações para aquisições de bens/produtos e/ou prestação de serviços possuem prévia análise financeira/orçamentária de viabilidade?	SIM	Para todas as aquisições/contratações emitimos relatório do saldo orçamentário disponível e analisamos a possibilidade da contratação.
4. Os empenhos possuem autorização e assinatura dos ordenadores da despesa?	SIM	Autorizações e assinaturas do Presidente e do Tesoureiro.
5. As notas fiscais são atestadas pelos gestores dos contratos e após são devidamente recepcionadas e liquidadas?	SIM	Após assinadas são contabilizadas no Sistema de Informações Municipais – SIM.
6. A ordem cronológica de pagamentos tem sido obedecida?	SIM	
7. Em prestação de contas anteriores, fez o Tribunal de Contas específicas recomendações quanto à gestão financeira da entidade?	NÃO	

<b>ADIANTAMENTO</b>		
<b>PONTO DE ANÁLISE</b>	<b>SIM/NÃO</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
1. A FJPO está realizando despesas em desacordo com as determinações e limites legais?	NÃO	
2. Existe regulamento para o processo de adiantamento? Em caso positivo, há fiel cumprimento?	SIM	Resolução FJPO nº 04/2020
3. Em prestação de contas anteriores, fez o Tribunal de Contas específicas recomendações para ADIANTAMENTO?	NÃO	

<b>BALANÇOS CONTÁBEIS</b>		
<b>PONTO DE ANÁLISE</b>	<b>SIM/NÃO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
1. Há consistência entre os sistemas orçamentário e financeiro?	SIM	
2. Há consistência entre os sistemas econômico e patrimonial?	SIM	

<b>ENCARGOS SOCIAIS</b>		
<b>PONTO DE ANÁLISE</b>	<b>SIM/NÃO</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
1. Dispõe a FJPO do certificado de regularidade previdenciária – CRP?	SIM	
2. Os valores recolhidos ao sistema próprio de previdência, ao INSS e ao FGTS são compatíveis com o montante da folha de pagamento?	SIM	
3. Os valores recolhidos ao PASEP são compatíveis com o montante da folha?	SIM	

### DEPARTAMENTO TÉCNICO CIENTÍFICO

<b>PPA/LDO/LOA</b>		
<b>PONTO DE ANÁLISE</b>	<b>SIM/NÃO</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
1. O PPA, a LDO e a LOA estão sendo executados conforme planejado?	Parcialmente	O PPA programado para o exercício de 2021 teve que ser readequado quando da elaboração da LOA 2021, conforme solicitação da PMC
2. Os programas, ações e metas estabelecidos estão sendo cumpridos de acordo com o informado no Sistema AUDESP? Detalhe de forma objetiva as informações e justifique as realizações.	Parcialmente	Com relação à meta “Novos Programas de Educação Ambiental Implantados”, sendo 1 para 2021, a Meta foi cumprida, com a criação do Programa Condutores de Visitantes, que visa a formação e o credenciamento de condutores para a realização de visitas monitoradas.  Com relação à meta “Manutenção de áreas de

		<p>trilhas e bordas”, sendo 28 ha em 2021, o DTC, realizou a manutenção de <b>24,3 hectares</b>. A ação foi prejudicada devido ao processo de licitação para contratação de mão-de-obra.</p> <p>Com relação à meta “Trabalhos publicados pela FJPO”, sendo 2 trabalhos em 2021, apenas 1 foi publicado, sendo ele: “Perfil das escolas que visitaram a Área de Relevante Interesse Ecológico Mata de Santa Genebra no ano de 2019”. O artigo foi publicado na Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.14, n.5, dez2021, pp. 662-674. A meta foi prejudicada devido a suspensão de eventos visando o combate ao Novo Corona Vírus.</p>
--	--	--

## DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA

<b>PPA/LDO/LOA</b>		
<b>PONTO DE ANÁLISE</b>	<b>SIM/NÃO</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
1. O PPA, a LDO e a LOA estão sendo executados conforme planejado?	Sim	
2. Os programas, ações e metas estabelecidos estão sendo cumpridos de acordo com o informado no Sistema AUDESP? Detalhe de forma objetiva as informações e justifique as realizações. Anexar comprovante de envio das informações pertinentes ao AUDESP, se houver e certidão com justificativa quando houver ocorrências na entrega.	Sim	Aquisição de veículos e ou Equipamentos – Adquiridos calibrador Eletrônico de Pneus e Macaco Jacaré de 5 Ton. Em razão de contingenciamento não foi executado Reforma e ou Construção.

<b>ALMOXARIFADO</b>		
<b>PONTO DE ANÁLISE</b>	<b>SIM/NÃO</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
1. Há definição de estoques mínimos?	Sim	De acordo com prazo da equipe de licitação e fornecimento e prazo de validade.

2. Os inventários têm sido periodicamente realizados?	Sim	
3. Há segurança na estocagem dos materiais?	Sim	Duas salas diferenciadas classe A, B
4. Há emissão de requisições de saída?	Sim	
5. Tem sido feita conferência no recebimento de materiais?	Sim	Com assinatura do Gestor do contrato.
6. Tem sido feita conferência de validade dos produtos estocados?	Sim	Carregado no Sistema de controle.
7. Em prestações de contas anteriores, fez o Tribunal de Contas específicas recomendações para o ALMOXARIFADO?	Não	

### **BENS DE CARÁTER PERMANENTE/FROTA**

<b>PONTO DE ANÁLISE</b>	<b>SIM/NÃO</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
1. Foi realizado o inventário anual de bens móveis e imóveis, nos termos do art. 96 da Lei nº 4.320, de 1964?	Sim	Cfm NR 02/2014 baseado na Lei 8666/93
2. Existe termos de transferência de bens?	Sim	Cfm NR 02/2014 baseado na Lei 8666/93
3. Para cada bem de caráter permanente, há servidor designado para guarda e administração (art. 94 da lei supra)?	Sim	Cfm NR 02/2014 baseado na Lei 8666/93
4. Os custos de manutenção dos veículos e seus equipamentos estão sendo realizados de forma individualizada e tempestiva, com base nos dados extraídos em fichas de controle?	Sim	
5. O abastecimento e os serviços de	Sim	

manutenção de frota estão sendo realizados em posto credenciado, vencedor de processo licitatório, mediante autorização da autoridade competente?		
6. No controle de frotas há relatórios com informações como: custo de manutenção de cada veículo, custo do km rodado, ou hora trabalhada, consumo por km rodado ou hora trabalhada?	Sim	
7. Os veículos da frota da FJPO estão licenciados?	Sim	
8. Em prestações de contas anteriores, fez o Tribunal de Contas específicas recomendações para tal área?	Não	